

INTERNACIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA FOME ZERO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA (2003-2010)

DOI: 10.61623/cpe.v11n16.a05



Yuri Medeiros Lustosa Prado¹

Eliane Superti²

Túlio Sérgio Henriques Ferreira³

Resumo

Este artigo investiga a internacionalização de políticas públicas como instrumento da política externa brasileira, tendo como objeto de estudo a literatura especializada sobre a internacionalização do Programa Fome Zero, com o objetivo de compreender como ele foi mobilizado estrategicamente na inserção internacional do Brasil durante os governos de Lula da Silva (2003-2010). Para isso, utilizou-se a revisão integrativa, método que sintetiza produções empíricas e teóricas, visando oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre um fenômeno particular. Os resultados apontam que o Programa foi um dos pilares da política externa brasileira, articulando aspectos técnicos, simbólicos e normativos de uma política doméstica de alto impacto social e configurando um exemplo concreto da ambição do Brasil de alterar sua identidade internacional. Essa experiência evidencia como políticas internas podem ser vetores de projeção internacional e de transformação da posição de um país no sistema global.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Internacionalização de Políticas Públicas; Política Externa Brasileira; Programa Fome Zero; Governos Lula.

1 Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Internacionalização de Políticas Públicas e Cooperação Internacional (GIPCI).

2 Professora Titular do Departamento de Relações Internacionais de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista Produtividade em Pesquisa. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Mestra e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Suas pesquisas tratam sobre internacionalização de políticas públicas, Amazônia, comunidades tradicionais e meio ambiente.

3 Professor Associado do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista, Mestre e Doutor em Relações Internacionais pela UnB. Visiting Scholar na Brown University. Suas pesquisas tratam sobre política externa brasileira, mídia como ator de política externa e análise de política externa.

INTERNATIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES: THE INTERNATIONALIZATION OF THE ZERO HUNGER PROGRAM AS AN INSTRUMENT OF FOREIGN POLICY UNDER THE LULA ADMINISTRATIONS (2003-2010)

Abstract

This article investigates the internationalization of public policies as an instrument of Brazilian foreign policy, focusing on the specialized literature on the internationalization of the Zero Hunger Program, with the aim of understanding how it was strategically mobilized in Brazil's international integration during the Lula da Silva administrations (2003-2010). To this end, we used an integrative review, a method that synthesizes empirical and theoretical productions, aiming to offer a deeper understanding of a particular phenomenon. The results indicate that the Program was one of the pillars of Brazilian foreign policy, articulating technical, symbolic, and normative aspects of a domestic policy with high social impact and providing a concrete example of Brazil's ambition to change its international identity. This experience shows how domestic policies can be vectors for international projection and transformation of a country's position in the global system.

Keywords: Public Policy; Internationalization of Public Policy; Brazilian Foreign Policy; Zero Hunger Program; Lula Administrations.

INTERNACIONALIZACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS: LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL PROGRAMA HAMBRE CERO COMO INSTRUMENTO DE LA POLÍTICA EXTERIOR DE LOS GOBIERNOS LULA (2003-2010)

Resumen

Este artículo investiga la internacionalización de las políticas públicas como instrumento de la política exterior brasileña, tomando como objeto de estudio la literatura especializada sobre la internacionalización del Programa Hambre Cero, con el objetivo de comprender cómo se movilizó estratégicamente en la inserción internacional de Brasil durante los gobiernos de Lula da Silva (2003-2010). Para ello, se utilizó la revisión integradora, un método que sintetiza producciones empíricas y teóricas, con el fin de ofrecer una comprensión más profunda sobre un fenómeno particular. Los resultados indican que el Programa fue uno de los pilares de la política exterior brasileña, articulando aspectos técnicos, simbólicos y normativos de una política interna de alto impacto social y configurando un ejemplo concreto de la ambición de Brasil de cambiar su identidad internacional. Esta experiencia pone de manifiesto cómo las políticas internas pueden ser vectores de proyección internacional y de transformación de la posición de un país en el sistema global.

Palabras clave: Políticas públicas; Internacionalización de las políticas públicas; Política exterior brasileña; Programa Fome Zero; Gobiernos de Lula.

1. Introdução

O Programa Fome Zero (PFZ) foi uma iniciativa lançada em 2003 pelo governo federal brasileiro, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Voltado à garantia do direito humano à alimentação adequada, o PFZ foi direcionado especialmente às populações em situação de maior vulnerabilidade social, surgindo em um contexto de profundas transformações sociais no Brasil, marcado por mudanças nas formas de proteção social e pela busca de novos arranjos institucionais voltados à inclusão dos grupos mais vulneráveis (Yazbek, 2003).

No entanto, esse impacto não se restringiu ao âmbito doméstico. O PFZ também exerceu efeitos constitutivos no plano internacional ao influenciar o redesenho de políticas públicas (PPs) em diversos países do Sul global e ao impulsionar mudanças em organizações internacionais, que passaram a incorporar conceitos e práticas inspirados nesse modelo brasileiro. Nesse sentido, o PFZ assumiu um papel estruturante na agenda de PPs em diferentes níveis, tornando-se referência para a formulação e implementação de estratégias voltadas à segurança alimentar e à superação da pobreza. Essa projeção internacional evidencia como a internacionalização de PPs foi mobilizada como instrumento diplomático, contribuindo para o reposicionamento do Brasil como um ator influente na governança global da segurança alimentar.

O caso PFZ demonstra como a internacionalização de PPs tem se consolidado como um fenômeno abrangente, envolvendo uma diversidade de países e áreas temáticas e despertando crescente interesse acadêmico nos últimos anos (Graham, Shipan e Volden, 2013; Oliveira e Pal, 2018; Oliveira *et al.*, 2019). Apesar disso, Faria (2022) afirma que ainda são escassas as análises que exploram esse processo como um componente efetivo da política externa ou como parte das estratégias nacionais de inserção internacional. As abordagens que tratam da cooperação internacional para o desenvolvimento, da cooperação Sul-Sul e do *soft power* representam algumas exceções, pois frequentemente abordam o compartilhamento, a exportação e a importação de PPs (Milhorange, 2013; Milani e Lopes, 2014; Milani e Duarte, 2015; Chatin, 2016; Lima, 2016; Morais, 2017; Milhorange, 2018; Pomeroy, Suyama e Waisbich, 2019). No entanto, elas raramente se articulam de forma direta com o campo da internacionalização, sendo comum que deixem de explorar com profundidade tanto a internacionalização como uma ferramenta intencional de política externa quanto o papel ativo da própria política externa na internacionalização de PPs (Faria, 2022).

Diante disso, este artigo investiga a internacionalização de PPs enquanto instrumento da política externa brasileira (PEB) através das análises da literatura especializada sobre internacionalização do Programa Fome Zero (PFZ). Assim, buscou-se compreender as distintas abordagens deste conjunto analítico sobre os motivos e os impactos da mobilização estratégica do PFZ para a PEB dos dois primeiros mandatos de Lula da Silva (2003-2010). Para isso, adota-se a seguinte pergunta norteadora: “De que maneira, de acordo com a literatura especializada, a internacionalização do Programa Fome Zero foi utilizada como instrumento da política externa brasileira durante os governos Lula (2003-2010)?”.

O artigo parte da premissa de que os avanços obtidos no plano doméstico, por meio da implementação e posterior internacionalização do PFZ, contribuíram significativamente para o reconhecimento do Brasil como um parceiro legítimo, solidário e comprometido com o enfrentamento da fome e da pobreza no cenário internacional. Compreende-se que a internacionalização das políticas associadas ao PFZ ultrapassa o campo técnico da cooperação internacional para se inserir no campo estratégico da política externa (Stone, Oliveira e Pal, 2019).

Com base nisso, o artigo investiga, por meio da literatura especializada, como esse processo desempenhou um papel relevante na construção da identidade internacional do Brasil, ao fortalecer a posição do país como aliado estratégico de nações da América Latina, do Caribe e da África. Esse movimento consolidou parcerias políticas e econômicas, ampliou a atuação brasileira em fóruns multilaterais e favoreceu a percepção do país como um *system-affecting state*, isto é, um Estado capaz de impactar ativamente a dinâmica do sistema internacional.

Para realizar a discussão proposta, inicialmente, fez-se revisão integrativa para sintetizar a produção empírica e teórica acumulada sobre o tema (Broome, 1993). Tal abordagem permite mapear e analisar criticamente o conhecimento já produzido sobre determinado tema, integrando os achados de diferentes estudos, identificando lacunas e possibilitando a formulação de novas interpretações (Polit e Beck, 2001; Benefield, 2003; Mendes, Silveira e Galvão, 2008; Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

A discussão proposta neste artigo está estruturada em três seções, além desta Introdução e da Conclusão. A primeira seção descreve a metodologia adotada, detalhando os critérios de seleção da literatura e os procedimentos de análise empregados. A segunda estabelece um referencial teórico que busca demonstrar a relação entre a internacionalização de PPs e a política externa, evidenciando os vínculos conceituais e práticos entre essas duas áreas. Por

fim, a terceira seção será dedicada à apresentação dos resultados coletados por meio da revisão integrativa, com o objetivo de identificar de que maneira a internacionalização do PFZ foi instrumentalizada como parte da estratégia de inserção internacional do Brasil durante os dois primeiros mandatos de Lula.

2. Metodologia

O modelo metodológico de revisão integrativa proposto por Botelho, Cunha e Macedo (2011) organiza a revisão integrativa em seis etapas fundamentais. A primeira etapa consiste na definição do tema e na formulação da pergunta de pesquisa (Mendes, Silveira e Galvão, 2008), que deve ser clara e específica (Silveira e Galvão, 2005; Ursi e Galvão, 2006). No presente artigo, tanto o tema quanto a pergunta de pesquisa seguem a mesma delimitação orientadora: a utilização da internacionalização do PFZ como instrumento da PEB dos governos Lula (2003-2010). O próximo passo é a definição das palavras-chave, da estratégia de busca, bem como dos bancos de dados a serem utilizados (Broome, 1993). Para esta pesquisa, foram selecionadas as seguintes palavras-chaves: “Política Externa”, “Fome Zero”, “Fome”, “Segurança Alimentar”, “Pobreza” e “Brasil”, bem como suas respectivas versões em inglês. Elas foram combinadas de forma categórica utilizando o operador booleano “AND”, com o intuito de obter resultados que integrem esses termos em conjunto. As bases de dados definidas para a busca foram a Scopus e o Portal de Periódicos da CAPES.

Na Scopus, optou-se pela utilização exclusiva de termos em inglês, em razão de sua abrangência internacional e da predominância da língua inglesa nas publicações científicas ali indexadas. Considerando que a Scopus agrega periódicos de diversas partes do mundo, o uso de descritores em inglês amplia significativamente o alcance da busca, favorecendo a identificação de estudos relevantes em diferentes contextos. Já no CAPES, optou-se por combinar palavras-chave em português e em inglês, tendo em vista que o portal reúne uma ampla variedade de estudos em sua base de dados, tanto nacionais quanto internacionais. Adicionalmente, o termo “Brasil” ou “Brazil” aparece nas estratégias de busca para delimitar a pesquisa, visto que a sua ausência gera um volume excessivo de resultados, o que comprometeria a precisão e a pertinência dos achados. A inserção do termo não compromete a qualidade ou a abrangência da revisão, ao contrário, contribui para sua relevância e aderência ao objeto investigado.

A segunda etapa consiste no estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, que devem ser identificados no estudo, sendo claros e objetivos (Ganong, 1987). No caso proposto, definiu-se três critérios de inclusão/

exclusão aos quais todos os artigos selecionados atenderam integralmente. Eram eles: 1) abordar a política externa brasileira, mais especificamente dos governos Lula (2003-2010); 2) abordar o fenômeno de internacionalização de políticas públicas; 3) abordar o Programa Fome Zero e/ou políticas que abordem o combate à fome e à pobreza.

A terceira etapa consiste na identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados. Para isso, deu-se início à busca nas bases de dados selecionadas, com o objetivo de pré-selecionar os estudos a serem incluídos na revisão, utilizando as palavras-chave supracitadas. Foi, então, realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave de todas as publicações localizadas pela estratégia de busca. Após uma triagem inicial e a exclusão dos documentos duplicados, foram pré-selecionados 22 estudos para compor a revisão integrativa. Diante disso, procedeu-se à leitura integral de vinte dos textos, com o objetivo de verificar se atendiam, de fato, a todos os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, o que resultou na exclusão de oito deles. Vale destacar que dois dos textos inicialmente pré-selecionados não puderam ser analisados integralmente por não estarem disponíveis para acesso público, o que também motivou sua exclusão. Os critérios de exclusão e os textos excluídos estão representados no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Quadro de Exclusão

TEXTOS	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO
Brazil as an intermediate state and regional power: Action, choice and responsibilities	2 e 3
Brazilian International Development Cooperation and Public Opinion: Domestic Costs Faced by a Troubled Emerging Donor	2 e 3
Globalising solidarity or legitimating accumulation? Brazilian strategies and interests in Africa	2 e 3
International Development Cooperation as a Foreign Policy Instrument: The Political Economy of Brazilian Technical Cooperation from 2003 to 2016	2 e 3
New donors, same old practices? South-South Cooperation of Latin American emerging donors	2 e 3
Nigeria-Brazil Relations: Ties that Bind and Binds that Tie	Indisponível
Papel da Cooperação Técnica Brasileira com os países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) o campo da segurança alimentar	2 e 3
The Dismantling of Brazilian Democracy: International Capital and Rentier Elites	2 e 3
The Role of the Brazilian Cooperation Agency in Promoting South-South Cooperation	2 e 3
The sources of moral authority: Policy networks and structuring south-south cooperation	Indisponível

Fonte: Elaboração própria.

Adicionalmente, dois estudos foram incluídos por meio de uma busca complementar, de caráter não sistemático, realizada durante a leitura de outras publicações e referências bibliográficas. Ao final desse processo, foram selecionados 14 estudos para compor o corpo da revisão integrativa.

A quarta etapa tem por objetivo sumarizar e documentar as informações extraídas dos estudos encontrados nas fases anteriores, de forma concisa e fácil (Broome, 1993). Ursi e Galvão (2006) falam que, para extrair as informações dos artigos, deve-se fazer uso de um instrumento que permita analisar separadamente cada documento selecionado. Com base nessa orientação, o instrumento utilizado foi o Quadro Resumo, elaborado com a finalidade de organizar e condensar as informações relevantes dos estudos selecionados, de modo a subsidiar a resposta à pergunta de pesquisa. O Quadro Resumo corresponde ao Apêndice A, ao final deste artigo.

A quinta etapa refere-se à discussão dos estudos selecionados para a revisão integrativa, momento em que o Quadro Resumo mostrou-se particularmente útil para a sistematização e visualização das informações. Essa etapa consistiu na reunião e comparação das informações extraídas dos documentos, permitindo a realização de inferências e reflexões analíticas. As contribuições desta etapa serão exploradas de forma mais aprofundada e qualitativa nas seções de Resultados e Conclusão.

Por fim, a sexta etapa consiste na elaboração do artigo, que contempla a descrição de todas as fases percorridas e apresenta os principais resultados obtidos. Para Mendes, Silveira e Galvão (2008), essa etapa é um trabalho de extrema importância, já que produz impacto devido ao acúmulo do conhecimento existente sobre a temática pesquisada.

Desse modo, ao adotar a revisão integrativa como metodologia, buscou-se não apenas sistematizar o conhecimento já produzido sobre a internacionalização do PFZ, mas também evidenciar de que maneira, sob a perspectiva dos autores, esse processo se articulou com os objetivos e as diretrizes da PEB durante os governos Lula. Este estudo pretende contribuir para uma compreensão mais abrangente do papel estratégico desempenhado pelas políticas sociais brasileiras na construção da imagem internacional do país. Ao final, espera-se que os achados apresentados possam lançar luz sobre os vínculos entre política externa e a internacionalização de PPs, bem como inspirar novas investigações que aprofundem esse campo de estudo ainda em consolidação.

3. Internacionalização de Políticas Públicas e Política Externa

O estudo da internacionalização de PPs revela um fenômeno emergente, especialmente em países do Sul global, como o Brasil. Também observa-se que a produção de políticas bem-sucedidas não é mais suficiente, sendo necessário “vender” essas políticas ao mundo, estabelecendo um movimento estratégico de legitimação interna e internacionalização de políticas. Tal movimento, muitas vezes, se conecta diretamente a estratégias mais amplas de política externa (Oliveira e Faria, 2017). Diante disso, à medida que a internacionalização de PPs se consolida como um fenômeno amplamente disseminado, torna-se possível identificá-la também como um importante instrumento da política externa dos Estados (Stone, Oliveira e Pal, 2019; Faria, 2022). Exemplos concretos desse processo podem ser observados na “ajuda externa” e na “cooperação internacional para o desenvolvimento”, que não se limitam à uma oferta de bens materiais e assistência técnica, mas, frequentemente, envolvem o compartilhamento de instrumentos de política, modelos institucionais e *expertise* entre países, promovendo trocas que são, ao mesmo tempo, técnicas e políticas (Hoebink, 2010; Besada e Kindornay, 2013). É nessa proposição que este artigo se fundamenta, ao buscar demonstrar como a internacionalização de PPs pode servir como um meio estratégico para ampliar a influência de Estados como o Brasil no cenário global.

Faria (2012) observa que, a partir dos anos 2000, países historicamente posicionados como “importadores” de PPs passaram a ocupar o papel de “exportadores”. O Brasil foi um exemplo neste cenário, no qual a internacionalização de PPs passou a ser concebida como um instrumento de inserção internacional. A internacionalização de PPs pode fazer parte do chamado *soft power*, um termo utilizado nas relações internacionais para descrever a maneira que um Estado tenta influenciar, indiretamente, o comportamento ou interesses de outros Estados (Nye, 2004; Wang e Lu, 2008). Um exemplo disso ocorre quando um país, com o objetivo de ampliar sua influência em uma organização ou regime internacional, aumenta sua capacidade ou interesse em promover a disseminação de políticas (Faria, 2022).

É amplamente reconhecido o papel dos regimes internacionais na disseminação de normas e ideias, processo frequentemente moldado pela influência de potências dominantes no sistema internacional (Krasner, 2012). No entanto, mais recentemente, autores como Oliveira (2019), Milhorce (2013; 2020) e Faria (2018) têm chamado atenção para o papel das organizações internacionais (OIs) como facilitadoras da internacionalização.

Destaca-se sobretudo o fortalecimento da cooperação Sul-Sul no início do século XXI, visto que as OIs são espaços para a construção coletiva de *expertise* e autoridade. Tal processo contribuiria para a criação de ambientes destinados à elaboração e circulação de *best practices* e recomendações para a reforma de políticas nacionais (Devin e Smouts, 2011). Tais estudos demonstram que, embora os regimes internacionais tendam a refletir os interesses dos países mais poderosos, existe espaço para que Estados em outros estágios de desenvolvimento exerçam influência, permitindo a inserção de suas agendas e experiências no debate internacional e desafiando, ainda que parcialmente, as assimetrias tradicionais de poder (Krasner, 2012).

Nesse sentido, a internacionalização está relacionada a um processo em que certos atores buscam alterar ou moldar o *statu quo* de um campo ou área de interesse governamental. Portanto, ela estaria estreitamente vinculada às mudanças de paradigmas nas abordagens e nas formas de atuação dos governos, que utilizam o poder dos atores externos para sustentar e implementar tais transformações (Howlett e Ramesh, 2002). Menezes e Vieira (2021) defendem que a internacionalização de PPs permite que Estados emergentes se posicionem como atores normativos, ou seja, como referências no estabelecimento de novas normas internacionais. Em outras palavras, a formulação de soluções políticas para os problemas das sociedades em desenvolvimento, refletidas em políticas específicas e formas particulares de sociabilidade e identidade, pode ser socializada e amplificada no cenário internacional (XiaoYu, 2012). Estados que atuam como “líderes de políticas” tendem a influenciar mais rapidamente a adoção em outros lugares, principalmente quando possuem conexões estratégicas com outras jurisdições (Mintrom e Vergari, 1998). Nesse contexto, a internacionalização de PPs é vista como uma estratégia para fortalecer a imagem de um país ou região, apresentando-o como um modelo de inovação e boa governança, contribuindo para a ampliação da sua influência em arenas globais (Simmons, Dobbin e Garrett, 2006).

Um exemplo notável desse fenômeno ocorreu durante os dois primeiros mandatos Lula da Silva. Como demonstraremos na revisão da literatura especializada, a internacionalização de PPs teve um papel fundamental e complementar para a PEB de Lula. De acordo com Faria (2002), ela era considerada a espinha dorsal da política externa da época, sendo central para, ao menos, cinco dos objetivos e/ou estratégias mais importantes de uma política externa autoproclamada “ativa” e “altiva”: a) a promoção do regionalismo pós-liberal na América Latina; b) a defesa de novos ou ampliados papéis para organizações internacionais; c) a revitalização da cooperação Sul-Sul; d) a diplomacia presidencial; e e) a promoção da cooperação bilateral

sistemática com países da América Latina e da África (Lima, 2010; Ricupero, 2010; Silva, 2015; Vigevani e Cepaluni, 2007).

Para aprofundar a compreensão sobre os modos pelos quais a internacionalização de PPs foi mobilizada como instrumento da PEB, recorreremos à tipologia de Faria (2022). Ele classifica os diferentes instrumentos de política externa empregados pelos países na obtenção de seus objetivos de política externa nas seguintes categorias: 1) instrumentos políticos, que englobam as diversas formas de diplomacia, a construção de coalizões ou alianças internacionais, a criação de novas organizações ou a utilização de organizações existentes, bem como a promoção de regimes internacionais; 2) instrumentos econômicos, que incluem a ajuda externa, as políticas econômicas e comerciais, além das sanções econômicas; 3) instrumentos culturais, como o estabelecimento e a promoção da identidade nacional, a busca pela melhoria da reputação do país no exterior por meio do *nation branding*, a aplicação de conceitos e técnicas de marketing corporativo a países, com o objetivo de aprimorar sua imagem nas relações internacionais (Kerr e Wiseman, 2013), e o *soft power*; e 4) instrumentos militares, que envolvem a persuasão por meio de ameaças ou pressão militar, bem como o uso direto da força, ou seja, a guerra. Ele demonstra, no Quadro 2 a seguir, exemplos hipotéticos de como a internacionalização de políticas pode ser associada a esses instrumentos de política externa.

Quadro 2 – Exemplos hipotéticos de internacionalização de PPs como instrumentos de Política Externa

Instrumentos de Política Externa	Exemplos Hipotéticos
Instrumentos Políticos	
Diplomacia	A diplomacia presidencial, por exemplo, pode incluir a promessa de partilhar <i>expertise</i> em políticas sociais.
Alianças Internacionais	A ampliação de uma aliança pode ser alcançada por meio da cooperação para o desenvolvimento, abrangendo a internacionalização de políticas.
Organizações Internacionais	Para garantir o apoio à criação de uma OI, o país pode estar disposto a internacionalizar aos futuros membros algumas das suas instituições nacionais ou políticas bem-sucedidas.
Regimes Internacionais	A partilha de conhecimentos especializados em um determinado domínio político pode ser a razão pela qual os regimes são criados ou expandidos.
Instrumentos Econômicos	
Ajuda Externa	A internacionalização de conhecimentos especializados em vários domínios políticos é um componente frequente da ajuda externa.
Políticas Econômicas e Comerciais	O estabelecimento de acordos comerciais implica geralmente a adoção nacional de determinadas políticas e/ou instituições.
Sanções Econômicas	As sanções econômicas podem ser aliviadas ou suspensas desde que uma determinada política seja adotada pelo país alvo.

Instrumentos de Política Externa	Exemplos Hipotéticos
Instrumentos Culturais	
Identidade Nacional	A autocompreensão de um país como promotor da paz mundial pode envolver a internacionalização de instituições e políticas nacionais.
Nation Branding	A promoção da imagem internacional de um país como representante líder das nações do terceiro mundo pode incluir a internacionalização de políticas nacionais de desenvolvimento ou sociais.
Soft Power	A cooperação Sul-Sul, que é geralmente entendida como uma forma de <i>soft power</i> e frequentemente envolve internacionalização de políticas, pode ser promovida para garantir um apoio mais amplo à reivindicação de um país em uma organização internacional.
Instrumentos Militares	
Persuasão/Pressão militar	A persuasão/pressão militar pode ser empregada para promover mudanças políticas no país alvo.
Guerra	A guerra acabou se mostrando uma forma eficiente de promover tanto a mudança de regime quanto de políticas por parte do inimigo.

Fonte: Faria, 2022 (tradução própria).

Os governos Lula são exemplos de como esses instrumentos foram utilizados estrategicamente, visto que as políticas que o Brasil possuía e estava desenvolvendo no âmbito doméstico em várias áreas, como agricultura, saúde, educação, proteção social e administração pública, entre outras, foram centrais para a conquista dos objetivos internacionais do país durante aquele período (Faria, 2022). Determinado a posicionar o Brasil como líder global na luta contra a fome e a pobreza, Lula utilizou sua diplomacia ativa para fortalecer essa agenda internacionalmente (Lima, 2023). Sua imagem como um líder carismático e símbolo de uma esquerda renovada, capaz de aliar uma política econômica sólida a amplas medidas sociais, consolidou sua posição como uma voz representativa do Sul global e como uma ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na busca por uma ordem econômica mais equilibrada, justa e equitativa (Nina, 2006).

O PFZ foi implementado nesse contexto, como prioridade social dos governos Lula (Monteiro, 2003), marcando um período em que as políticas relacionadas a segurança alimentar e nutricional (SAN) foram colocadas no centro da política de desenvolvimento do país, com o objetivo de garantir qualidade, quantidade e regularidade no acesso à alimentação para toda a população brasileira (Arruda e Arruda, 2007). O PFZ ganhou projeção internacional ao ser levado por Lula aos mais importantes foros e reuniões internacionais, recebendo apoio da comunidade internacional e passando a integrar a agenda global (Cunha, 2010). O seu êxito foi de tal magnitude que ele passou a ser internacionalizado para países da África e da América Latina

com o apoio de organizações multilaterais (Bursztyn, Milhorange e Sabourin, 2019; Leite e Leite, 2022).

Assim, observa-se que todos os resultados positivos alcançados pelo PFZ levaram-no a ser considerado uma *best practice* (Faria, 2012). Ele é hoje reconhecido como um modelo a ser seguido por diversas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) e o Programa Mundial Alimentar (PMA), e por ONGs internacionais, como ActionAid e Oxfam, que elogiaram a abordagem brasileira no combate à fome e à pobreza (Fraundorfer, 2013). Diante disso, o exemplo do Brasil serviu de inspiração para outros países, especialmente na América Latina e na África lusófona, que estavam, também, empenhados em erradicar a fome (MacMillan, 2010).

Legrand (2016) associa a internacionalização de PPs à emergência de desafios transnacionais, argumentando que esse processo tende a ocorrer quando tais desafios ganham destaque na agenda global passando a demandar respostas coordenadas entre os países. Nesse cenário, experiências bem-sucedidas ganham visibilidade e são adotadas em outras realidades. A internacionalização do PFZ ocorreu durante uma crise alimentar mundial, que intensificou o debate sobre SAN e o papel de políticas sociais eficazes (Fouilleux, 2009). De acordo com Milhorange (2020), essa crise foi desencadeada pelo aumento dos preços do trigo, arroz, soja e milho nos mercados internacionais, seguido por um crescimento dos investimentos inseguros no setor agrícola. Como consequência, o combate à fome tornou-se um tema central da agenda internacional (IFPRI, 2008), promovendo convergência em alto nível e inserindo a assistência alimentar, a segurança alimentar de longo prazo e o direito à alimentação no debate global (Peck e Theodore, 2015).

Além disso, a crise financeira e alimentar desencadeou uma “crise epistêmica”, desestabilizando o conhecimento sobre o mundo social e contestando a autoridade dos especialistas (Hernando Pautz e Stone, 2018). Nesse cenário, a capacidade das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) de cumprir seus mandatos e enfrentar desafios globais foi amplamente questionada pela comunidade internacional, devido a fatores como ineficiência, disfunções burocráticas e falta de transparência, que se tornaram ainda mais evidentes no contexto da crise alimentar mundial (Barnett e Finnemore, 2004; Fouilleux, 2009; Devin e Smouts, 2011). Paralelamente, representantes diplomáticos das chamadas potências emergentes, como Brasil, Índia e China, intensificaram suas críticas ao sistema da ONU, reivindicando maior participação nos processos de tomada de decisão multilaterais (Milhorange, 2020). As chancelarias desses países passaram a questionar os procedimentos

e o desempenho dos órgãos da ONU, sem, no entanto, contestar o sistema como um todo (Milhorange e Soulé-Kohndou, 2017).

Nesse cenário, novas soluções políticas, incluindo aquelas promovidas pelo PFZ, ganharam destaque e se tornaram cada vez mais atraentes para a comunidade internacional (Milhorange, 2020). Graças aos recursos diplomáticos empregados na disseminação de seus instrumentos e ideias, bem como ao acesso proporcionado pelo PFZ às organizações internacionais, sua legitimidade no diálogo político e na cooperação em segurança alimentar foi amplamente reconhecida (Burstyn, Milhorange e Sabourin, 2019). Esse ambiente favoreceu o surgimento de iniciativas de cooperação triangular com agências da ONU, como a FAO e o PMA, entendidas como instrumentos para o fortalecimento de parcerias estratégicas (FAO, 2013).

Temos, então, que o Brasil não apenas compartilhou conhecimentos e práticas bem-sucedidas, mas também fortaleceu laços políticos e econômicos com os países do Sul, consolidando sua posição como um ator global relevante e influente. Compreendemos que esse movimento estratégico visava a promoção de soluções brasileiras eficazes para problemas globais, e, também, a construção de uma nova identidade internacional para o Brasil.

De acordo com Lima (2005), existem dois perfis internacionais distintos para países em desenvolvimento, associados a duas identidades internacionais específicas. A primeira é a de um *system-affecting state*, conceito desenvolvido por Keohane (1969), correspondendo àqueles países que, embora possuam recursos e capacidades relativamente limitados em comparação com as potências, adotam uma postura internacional assertiva, valorizando as arenas multilaterais e a ação coletiva entre países semelhantes, a fim de influenciar nos resultados internacionais. A segunda identidade, referida à economia global, é a de “grande mercado emergente”, categoria cunhada pelo *US Trade Representative*, que faz referência aos grandes países da periferia que implementaram as reformas econômicas do conhecido receituário do Consenso de Washington: privatização, liberalização comercial, desregulamentação da economia e reforma do Estado. Lima (2005) vai afirmar que, nesta identidade, credibilidade e estabilidade macroeconômica são duas moedas de grande valor no mundo globalizado e as iniciativas internacionais são pensadas como mecanismos para “encapsular” as reformas domésticas; a ação coletiva com países semelhantes geralmente é subestimada, prevalecendo a cooperação com os países desenvolvidos.

A construção de uma nova identidade internacional do Brasil sob os governos Lula está intimamente ligada à transição de uma identidade de “grande mercado emergente” para a de “*system-affecting state*”. Essa mudança reflete

uma alteração no paradigma da PEB, marcando uma diferença significativa em relação ao paradigma das presidências anteriores e refletindo, portanto, não apenas uma mudança de posicionamento estratégico, mas também uma nova percepção do papel do Brasil no cenário internacional. De acordo com Lima e Hirst (2006), a inclusão da agenda social como eixo central da diplomacia brasileira representou uma das primeiras e mais importantes inovações do governo Lula. Lula, por meio de sua identificação com grandes causas sociais, como a erradicação da fome e a redução das desigualdades, desempenhou um papel fundamental na projeção do Brasil como uma potência emergente no cenário global (Ricupero, 2010). Nesse contexto, resgatou e conferiu protagonismo ao tema da SAN, reforçando seu compromisso com a justiça social.

4. Resultados

Os resultados deste estudo evidenciam como a internacionalização do PFZ foi incorporada à PEB, especialmente nos governos Lula, ao articular a promoção da SAN com interesses estratégicos e diplomáticos do país. Eles foram obtidos a partir dos textos selecionados, que estão identificados no Quadro 3 abaixo. Os seus resultados estão sintetizados no Quadro Resumo, ao final deste artigo.

Quadro 3 – Textos Selecionados

Título	Autor(es)	Ano de Publicação	Base de Dados
A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparadas	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	2012	Busca Complementar
A política externa brasileira durante os governos Lula (2003-2010) e a cooperação para o desenvolvimento: o caso do Fome Zero e a sua instrumentalização	Felipe Zorzi and Mariana Finger	2014	CAPES
A Segurança Alimentar e Nutricional no governo Lula (2003-2010): a agenda de combate à fome como instrumento de projeção internacional	Elis Virginia Santana	2020	CAPES
Agenda Social na Política Externa do Governo Lula: os casos da cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC	Luciana Papi and Klei Medeiros	2015	CAPES
Brazil's foreign policy and health (1995-2010): A policy analysis of the Brazilian health diplomacy – from AIDS to 'Zero Hunger'	Célia Almeida, Thaisa Lima and Rodrigo de Campos	2023	CAPES

Título	Autor(es)	Ano de Publicação	Base de Dados
Brazilian foreign policy for the Global South: the creation of the Centre of Excellence against Hunger	Clarissa Dri and Andressa Caroline da Silva	2020	SCOPUS
Cooperação internacional, assistência alimentar e política externa brasileira	Thiago Lima, Flávia Belmont and Atos Dias	2013	CAPEL
Cooperation on Food Security with Africa as an Instrument of Brazil's Foreign Policy (2003-2010)	Felipe de Albuquerque	2015	CAPEL
Explaining Brazil as a rising State, 2003-2014: the role of policy diffusion as an international regulatory instrument	Henrique Menezes and Marcos Viera	2021	SCOPUS
Foreign Policy Analysis methodology to understand the diffusion of Brazil's agri-food policy under Lula's government	Lourene Maffra	2021	SCOPUS
"Hunger Cannot Wait": The Poverty Issue in Brazilian Foreign Policy	Andrés Puntigliano	2006	CAPEL
Política externa brasileira e transferência internacional de políticas públicas: a Minustah como janela de oportunidade para a cooperação brasileira no Haiti (2004-2017)	Rodrigo Fernando Gallo	2022	CAPEL
The Diffusion of Brazilian Public Policies Within International Venues: The Cases of Health and Rural Development	Juliana Luiz and Maria Berta Ecija	2022	SCOPUS
When Hunger meets Diplomacy: Food Security in Brazilian Foreign Policy	Cristina Ionue and Natália Coelho	2018	CAPEL

Fonte: Elaboração própria.

Primeiramente, Puntigliano (2006) analisa como o conceito de “pobreza”, lançado como bandeira nacional do governo Lula por intermédio do PFZ, foi mobilizado estrategicamente como um elemento legitimador da PEB, se apresentando como uma tentativa de reposicionar o Brasil no sistema internacional ao defender uma nova ordem mundial menos assimétrica entre os países do centro e da periferia. Um dos pontos centrais de sua análise é a forma como o PFZ impulsionou uma reestruturação institucional no Itamaraty, com a criação da Coordenação de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), cuja função era promover e articular as iniciativas brasileiras com organizações nacionais e internacionais, sobretudo no âmbito da ONU, por meio da FAO e do PMA.

A CGFOME fazia parte de um esforço mais amplo de integração entre diferentes órgãos da administração pública, organizações da sociedade civil e atores internacionais. Nesse contexto, experiências brasileiras relacionadas

ao PFZ passaram a ser internacionalizadas. Segundo o autor, ao adotar o combate à pobreza como eixo estruturante da PEB, Lula conseguiu encontrar um propósito compartilhado capaz de sustentar a atuação internacional do Brasil e de seus aliados, articulando interesses nacionais e demandas globais em torno de uma pauta politicamente mobilizadora.

Essa análise de Puntigliano é corroborada por Dri e Silva (2021). As autoras afirmam que a internacionalização do PFZ contribuiu para a criação de um setor específico dentro do MRE para tratar do tema, apontando, também, a criação do CGFOME, responsável por coordenar ações de cooperação humanitária internacional do governo brasileiro, tanto emergenciais quanto estruturais, e por tratar de questões de nutrição, segurança alimentar e soberania, desenvolvimento rural sustentável, gestão integrada de risco e desastres socioambientais, e o diálogo com a sociedade civil no nível internacional. A CGFOME foi, portanto, percebida como um espelho externo do PFZ, com uma estratégia tripla que abrangia as áreas de emergência, estrutura e direitos, adotada pela ONU.

Entretanto, o texto foca na utilização do Centro de Excelência contra a Fome como objeto principal para analisar a PEB dos governos Lula. De acordo com as autoras, essa iniciativa descentralizada de política externa, decorrente da internacionalização do PFZ, contribuiu positivamente para a projeção da imagem internacional do Brasil, ampliando a participação do país nos esforços globais de superação do subdesenvolvimento, em consonância com os princípios da cooperação Sul-Sul voltada para a promoção da justiça social. Para elas, a internacionalização do PFZ está alinhada com a busca por *soft power* por parte do país, correspondendo à tentativa do governo Lula de diversificar parcerias internacionais, a fim de alcançar maior equilíbrio com os países do Norte e ampliar a liderança internacional do Brasil.

Outros objetos de estudo mais específicos também são utilizados por outros autores para explicar essa relação entre internacionalização de políticas e política externa. Gallo (2022), por exemplo, vai analisar a relação entre a PEB e a internacionalização do PFZ por intermédio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). De acordo com ele, a participação brasileira na Missão não se limitou ao cumprimento do mandato voltado à segurança internacional, mas representou uma importante janela de oportunidade para a projeção da política externa brasileira em outras frentes. Nesse contexto, o Haiti tornou-se um espaço privilegiado para a atuação internacional do Brasil, especialmente por meio da internacionalização de iniciativas nas áreas de agricultura e saúde, supostamente voltadas à mitigação da fome e da miséria. Diante disso, Gallo argumenta que a MINUSTAH teria

sido utilizada como plataforma para a internacionalização de diversas políticas inspiradas no PFZ, sugerindo que essa internacionalização foi intencionalmente articulada no contexto da Missão como uma estratégia de, também, *soft power*, evidenciando uma convergência entre ação diplomática e cooperação para o desenvolvimento.

Já Papi e Medeiros (2015) utilizam da atuação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com diversos órgãos estatais, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para explicar como a política externa do governo Lula caracterizou-se pela utilização de novas formas de cooperação com o eixo Sul-Sul, nos âmbitos econômico, tecnológico e educacional. Segundo os autores, o MDS prestou uma cooperação mais técnica, focada na troca de experiências e conhecimento na área social, enquanto a ABC atuou como uma agência diretamente ligada ao Itamaraty, centralizando os recursos da cooperação para o desenvolvimento e sendo responsável por grandes projetos estruturais.

Nesse contexto, ambos os órgãos desempenharam um papel fundamental na internacionalização das técnicas e tecnologias sociais desenvolvidas no âmbito doméstico brasileiro, como as derivadas do PFZ. Essa internacionalização passou a constituir, então, um instrumento da PEB, ocorrendo paralelamente ao reconhecimento internacional dessas experiências. Essa dinâmica, de acordo com os autores, reflete uma concepção renovada de PEB, fundamentada em uma valorização da política social doméstica e em uma inserção internacional pautada na solidariedade, na ampliação das parcerias com países em desenvolvimento e na consolidação de um bloco regional não apenas econômico e político, mas também social, por meio da cooperação internacional.

Entretanto, outros estudos avançam para uma perspectiva mais abrangente, ao discutir como temas estruturais da agenda social brasileira, como a SAN, passaram a integrar a política externa de forma estratégica. Esse é o caso de Santana (2020) que analisa a inserção da SAN na PEB dos governos Lula, argumentando que os avanços obtidos no plano doméstico, especialmente por meio do PFZ, contribuíram significativamente para o reconhecimento internacional do Brasil. Segundo a autora, esses resultados consolidaram o país como um aliado estratégico para nações do Sul global no desenvolvimento de políticas de segurança alimentar, ao passo que projetava o Brasil como um modelo internacionalmente reconhecido de combate à fome e à pobreza e que tais países passaram a se posicionar como parceiros políticos e econômicos do Brasil, fortalecendo sua atuação em fóruns multilaterais.

Ao se destacar em uma agenda historicamente marginalizada pelos países desenvolvidos, a autora afirma que o governo brasileiro identificou na SAN e,

consequentemente, na internacionalização do PFZ, uma oportunidade estratégica de ampliar sua inserção internacional, sobretudo por meio do estreitamento de laços com países do Sul, com destaque para o papel desempenhado pelo Programa de Cooperação Internacional Brasil/FAO. Embora o Brasil já ocupasse uma posição de destaque no sistema internacional, a PEB de Lula revelou-se mais proativa e estrategicamente orientada à construção de uma imagem de liderança solidária, engajada na promoção do desenvolvimento e na reconfiguração das dinâmicas de poder global.

Além disso, Almeida, Lima e Campos (2023) também analisam como temas relacionados à saúde, como a SAN, passaram a integrar a PEB, destacando o período dos governos Lula como marco da consolidação desse processo. Segundo os autores, a saúde tornou-se um elemento estratégico para a projeção internacional do Brasil, com a diplomacia da saúde ganhando força e autonomia como área de atuação setorial, um avanço que foi impulsionado pelo ativismo de movimentos sociais e pelo engajamento de diferentes setores do Estado brasileiro. Nesse contexto, os autores afirmam que políticas domésticas como o PFZ foram internacionalizadas a partir dos avanços internos, sendo incorporadas às estratégias de inserção do Brasil no cenário global. Assim, a internacionalização do PFZ refletiu um modelo de cooperação pautado pela horizontalidade e pela valorização de experiências compartilhadas no enfrentamento de desafios comuns.

A cooperação internacional, com destaque para a cooperação Sul-Sul, constitui, assim, um eixo central das análises dos autores revisados, evidenciando seu papel estratégico na política externa brasileira durante os governos Lula. Faria (2012), por exemplo, aprofunda essa discussão ao destacar o objetivo da PEB de Lula de priorizar o eixo Sul-Sul como forma de promover a (re) aproximação do Brasil com outros países da periferia do sistema capitalista. Essa diretriz foi operacionalizada, segundo o autor, tanto pela ampliação e redirecionamento da ajuda internacional oferecida pelo Brasil, quanto pela internacionalização de políticas sociais bem-sucedidas no plano doméstico, como o PFZ. Faria vai afirmar que, ao apresentar o PFZ como uma boa prática a ser replicada internacionalmente, Lula reforçou o caráter solidário e cooperativo de sua política externa, atuando como um verdadeiro empreendedor de políticas. Assim, a estratégia de inserção internacional orientada pela solidariedade e centrada na cooperação Sul-Sul foi não apenas promovida, mas também legitimada e consolidada por meio da internacionalização dessas políticas sociais, uma dimensão que, segundo o autor, foi a mais explicitamente e recorrentemente associada à PEB durante seu governo.

Albuquerque (2015) também argumenta que, durante o governo Lula, a cooperação constituiu uma das bases estratégicas da PEB. Ao abordar temas como segurança alimentar e saúde pública, essas iniciativas não apenas fortaleceram regimes internacionais, mas também ampliaram a projeção do Brasil tanto entre os países periféricos quanto entre países desenvolvidos. Nesse contexto, a internacionalização de PPs, como o PFZ, tornou-se uma ferramenta de legitimação da atuação brasileira como promotora de mudanças pacíficas na ordem internacional. Para ele, a internacionalização de políticas era enxergada como uma oportunidade de alinhar interesses internos às agendas globais, consolidando a imagem do país como um ator relevante e comprometido com temas centrais da governança internacional. As conquistas domésticas deixaram, assim, de ter um alcance estritamente nacional e passaram a ser consideradas pilares estratégicos de inserção internacional, passando a ter impacto sistêmico, dada a abrangência e o número de projetos de cooperação internacional que as incorporam, o que contribuiu para o uso dessas experiências como instrumentos legítimos de política externa.

De acordo com o autor, essa lógica se concretiza, sobretudo, por meio da cooperação Sul-Sul, com destaque para os projetos desenvolvidos junto a países da África, da América Latina, do Caribe e da Ásia, que ocorrem em parceria com organismos internacionais, como a FAO, o que confere ainda mais visibilidade e credibilidade às iniciativas brasileiras. O Brasil, então, se posiciona como um ator propositivo, responsável e inovador no cenário internacional. Albuquerque afirma que, a partir dessa perspectiva, o Brasil busca uma posição mais representativa em uma ordem internacional em transformação, uma ordem que abre espaço para a atuação de países emergentes e oferece margem para a redefinição das estruturas de poder. Diante disso, ao assumir responsabilidades em temas historicamente considerados de “baixa política”, como o desenvolvimento e a segurança humana, o país se esforça para ocupar uma posição singular e influente, promovendo ajustes na ordem internacional que refletem as mudanças internas e externas.

Essa estratégia de inserção internacional por meio da cooperação Sul-Sul, ancorada em valores como solidariedade, responsabilidade compartilhada e desenvolvimento conjunto, revela-se ainda mais complexa quando observada à luz dos atores e interesses que moldam sua execução. É nesse contexto que Maffra (2021) propõe uma análise dos fundamentos teóricos da Análise de Política Externa (APE) aplicados à compreensão da política agroalimentar brasileira, com ênfase na sua internacionalização como instrumento estratégico de inserção internacional do Brasil. A autora examina, entre outros elementos, os diversos atores envolvidos nesse processo e identifica duas frentes principais

de atuação: a primeira, direcionada à América Latina, impulsionada sobretudo por setores ligados à participação social e à sociedade civil, além de organismos internacionais com orientação convergente; e a segunda, voltada à cooperação com países africanos, conduzida principalmente por atores vinculados ao setor de *commodities*, à pesquisa científica em melhoramento genético e a instituições financeiras internacionais.

Ela afirma, também, que o sucesso das políticas sociais implementadas durante os governos Lula, em especial o PFZ, contribuiu significativamente para a construção de uma imagem internacional do Brasil como referência no combate à fome e à pobreza. Esse reconhecimento foi ainda mais potencializado pela ascensão de governos ideologicamente alinhados na América do Sul, que, mesmo sem uma articulação formal, criaram um ambiente político favorável à valorização de políticas sociais e ampliaram a visibilidade de modelos como o brasileiro. Nesse sentido, a autora argumenta que a internacionalização do PFZ não deve ser interpretada apenas como a internacionalização espontânea de uma política pública bem-sucedida, mas como parte de uma estratégia deliberada de política externa, que articula interesses domésticos, diplomáticos e econômicos.

Para Maffra, o governo Lula utilizou o PFZ como uma ferramenta para fortalecer o prestígio internacional do Brasil entre países em desenvolvimento, consolidando sua posição de liderança no âmbito da cooperação Sul-Sul. Essa perspectiva é reforçada por Lima, Belmont e Dias (2013), que destacam como as políticas domésticas do governo brasileiro, em especial o PFZ, cuja repercussão internacional foi amplamente vista como positiva, somadas aos avanços concretos em bem-estar econômico e social, elevaram o prestígio do Brasil entre os países em desenvolvimento. Os autores afirmam que a ajuda e a assistência alimentares, promovidas pela cooperação Sul-Sul e pela internacionalização do PFZ, conquistaram crescente visibilidade como parte dos esforços do governo brasileiro para posicionar o país como uma liderança global no combate à fome e na promoção da SAN, argumentando que a internacionalização de práticas, conhecimentos e soluções derivadas do PFZ entre países do Sul tende a configurar um processo cíclico: o fortalecimento da cooperação contribui para o desenvolvimento de capacidades institucionais e políticas nos países parceiros, o que, por sua vez, amplia as possibilidades de interação e colaboração entre nações em desenvolvimento, assegurando a continuidade e a expansão dessas parcerias. Nesse sentido, para o Brasil, esse tipo de atuação internacional representa também uma estratégia de inserção global capaz de articular, de forma integrada, interesses econômicos, sociais e políticos.

No âmbito multilateral, os autores também ressaltam a atuação articulada com organismos internacionais, como a FAO e o PMA, que desenvolveram iniciativas relevantes em parceria com o Brasil a partir da internacionalização do PFZ, reforçando a estratégia brasileira de ampliar sua presença e influência no sistema internacional, especialmente no campo da SAN. Nesse mesmo sentido, Zorzi e Finger (2014) afirmam que a experiência brasileira com o PFZ foi amplamente internacionalizada, sobretudo em países da África e da América Latina, o que conferiu ao Brasil uma posição de destaque nas discussões sobre segurança alimentar tanto no interior da FAO quanto em outros espaços multilaterais. Para os autores, o reconhecimento do sucesso do programa teve grande relevância para o país, pois sua crescente demanda por maior espaço no cenário internacional se baseava justamente no êxito de seu modelo de desenvolvimento e na defesa da justiça social. Dessa maneira, para eles, a cooperação por intermédio da internacionalização de políticas de SAN, como o PFZ, foi instrumentalizada como uma estratégia para garantir maior presença e liderança do Brasil em fóruns e discussões de seu interesse, o que possibilitou angariar apoio de países emergentes e em desenvolvimento.

Inoue e Coelho (2018) também compartilham dessa ideia, argumentando que os ganhos sociais obtidos com a redução da fome, decorrentes da implementação do PFZ no contexto doméstico, foram estrategicamente utilizados como instrumento de fortalecimento do *soft power* brasileiro. Para elas, esses avanços contribuíram para ampliar o *status* do Brasil como ator global e reforçaram sua legitimidade ao passo que impulsionaram significativamente a expansão dos projetos de cooperação conduzidos pelo governo. Nesse contexto, segundo as autoras, a assistência ao desenvolvimento promovida por meio da internacionalização do PFZ passou a cumprir objetivos políticos da política externa brasileira, ao permitir que o país se projetasse como um agente disposto a compartilhar conhecimentos e políticas públicas bem-sucedidas com outras nações em desenvolvimento e do Sul global. Essa atuação evidenciou a capacidade do Brasil de operar em escala global e de buscar maior protagonismo nas principais instituições internacionais.

Nesse sentido, Menezes e Vieira (2021) examinam o ativismo internacional do Brasil e sua ascensão ao *status* de potência emergente durante os mandatos Lula. Para os autores, esse período foi marcado pelos esforços do Brasil em desempenhar um papel ativo na reformulação de normas e instituições internacionais, especialmente no campo do desenvolvimento internacional, mas também na promoção de novos arranjos internacionais voltados para o desenvolvimento social global, ao propor soluções concretas para desafios compartilhados. Nesse contexto, a internacionalização do PFZ e de outros

programas sociais passou a desempenhar uma função central na política externa do país, oferecendo um modelo alternativo de desenvolvimento e uma nova estrutura de governança para a cooperação internacional. Segundo eles, a atuação brasileira expressou uma concepção própria sobre os desafios do desenvolvimento global, refletida na ênfase à internacionalização de políticas públicas e modelos bem-sucedidos, como o PFZ, por meio da cooperação técnica com países do Sul global, refletindo uma autoidentificação do Brasil como um país não apenas receptor, mas também fornecedor de soluções e conhecimento para a ordem global.

Para os autores Menezes e Vieira (2021), a internacionalização do PFZ simbolizou a ambição brasileira de influenciar normas internacionais a partir de uma perspectiva do Sul, e foi respaldada por um conjunto de experiências sociais bem-sucedidas no plano doméstico, fortalecidas por um cenário de crescimento econômico e legitimadas por organizações internacionais, representando não apenas uma exportação de práticas, mas a promoção de uma visão de mundo alinhada a um projeto de desenvolvimento social inclusivo. É importante pontuar que os autores também incluem na atuação internacional do Brasil nesse período a criação de instituições voltadas especificamente à disseminação dessas políticas e à consolidação de uma agenda própria de desenvolvimento, como o IPC-IG e o Centro de Excelência contra a Fome, que, como já posto anteriormente neste trabalho, são frutos da internacionalização do PFZ e contribuíram para institucionalizar a dimensão ideacional da política externa brasileira, além de reforçar o papel do país como *norm maker* no campo do desenvolvimento internacional.

Por fim, Luiz e Ecija (2022) afirmam que o Brasil se engajou na internacionalização de políticas como um meio de atingir a ambição do país em alterar seu *status* internacional. O PFZ, em particular, foi utilizado como um instrumento diplomático na promoção da imagem do Brasil como referência em segurança alimentar e combate à pobreza. Para eles, a internacionalização do PFZ deve, então, ser compreendida como parte integrante da estratégia mais ampla da política externa “ativa e ativa” adotada durante os governos Lula, marcada por um maior engajamento e protagonismo do Brasil em fóruns multilaterais, minilaterais e (inter)regionais.

Essa postura refletia a percepção de que a transformação do *status* global do Brasil exigia mudanças na arquitetura da governança internacional e que a internacionalização de políticas sociais bem-sucedidas oferecia uma via legítima para o fortalecimento da presença brasileira nesses espaços. Além do engajamento crescente com organismos multilaterais, como as agências da ONU, os autores destacam também a atuação estratégica do país no âmbito

do regionalismo e do inter-regionalismo, com o objetivo de promover não apenas suas políticas, mas também seus valores, paradigmas e alternativas de desenvolvimento. Assim, eles afirmam que a ampliação da participação brasileira em arenas globais e regionais integrou um projeto mais amplo de internacionalização das políticas sociais, consolidando a internacionalização de normas e modelos nacionais como componente essencial da estratégia diplomática da política externa “ativa e ativa”.

6. Conclusão

Os resultados aqui alcançados corroboram as análises que apontam que a internacionalização de PPs, sobretudo em países do Sul global, não ocorre de maneira aleatória ou estritamente técnica, mas está inserida em estratégias mais amplas de política externa. Os Estados internacionalizam suas políticas em busca de reconhecimento, influência e projeção internacional. Para tanto, buscam utilizar modelos domésticos bem-sucedidos como instrumentos de legitimação e construção de autoridade no cenário global. Em contextos historicamente marcados por assimetrias, essa prática permite que países em desenvolvimento ampliem sua capacidade de atuação, desafiando a centralidade das potências tradicionais, e insiram suas próprias agendas e experiências no debate internacional.

O modo como determinados governos moldam suas estratégias internacionais a partir de valores específicos ganha relevância neste cenário. No caso do Brasil, durante os dois primeiros mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010), a internacionalização de políticas sociais refletiu uma orientação humanitária e solidária, que buscava combinar interesses nacionais com o compromisso ético em relação ao desenvolvimento global. A internacionalização de políticas, nesse sentido, tornou-se não apenas uma forma de “vender” soluções políticas, mas também de moldar normas, difundir valores e fortalecer redes de cooperação baseadas em princípios de justiça social e equidade.

Os resultados da revisão integrativa permitiram demonstrar que a internacionalização do Programa Fome Zero foi mobilizada como um dos principais pilares da política externa brasileira durante esse período. Ainda, a internacionalização do PFZ possibilitou ao Brasil alinhar agendas internas e externas, fortalecer sua atuação em fóruns multilaterais e projetar uma identidade internacional baseada em solidariedade, justiça social e liderança normativa. Verificou-se, nesse contexto, uma intensa mobilização diplomática voltada à

consolidação da imagem do Brasil como um ator solidário e comprometido com o desenvolvimento global. Essa intenção se materializou na criação de estruturas institucionais específicas (CGFOME), na atuação proativa em organismos multilaterais (FAO e PMA) e na promoção da cooperação Sul-Sul, em especial com países da América Latina e da África. Tais iniciativas ampliaram a visibilidade do país no sistema internacional e contribuíram para sua legitimação como formulador de normas no campo da SAN.

Além disso, a cooperação técnica liderada pela ABC, em parceria com o MDS, também é demonstrada como tendo um papel fundamental ao viabilizar a internacionalização de modelos institucionais e tecnologias sociais voltadas ao enfrentamento da fome e da pobreza. Ancorada nos princípios da solidariedade horizontal e da construção conjunta de soluções, essa atuação configurou-se como uma modalidade própria de ajuda externa brasileira. A internacionalização do Fome Zero também foi utilizada como um ativo simbólico na construção da imagem internacional do país, ao passo que fortaleceu o *soft power* brasileiro ao projetar uma identidade associada ao combate à fome, à justiça social e ao desenvolvimento inclusivo. O *nation branding* brasileiro, nesse período, foi ancorado na valorização das conquistas sociais internas como instrumento de projeção de prestígio e influência internacional, sobretudo entre os países em desenvolvimento.

Diante disso, podemos observar como a estratégia adotada refletiu uma articulação multifacetada que mobilizou instrumentos políticos, econômicos e culturais, com o objetivo de transformar a posição internacional do Brasil. Mais do que ampliar sua inserção externa, o Brasil passou a influenciar as dinâmicas normativas e institucionais que regulam a cooperação internacional em áreas como segurança alimentar, desenvolvimento social e combate à pobreza. Ao articular interesses domésticos com objetivos globais sob uma lógica solidária, o país não se limitou a ocupar espaços já existentes, mas procurou moldar estruturas e agendas, reposicionando-se como formulador de normas e promotor de modelos alternativos de cooperação.

Nesse sentido, este trabalho contribuiu com a discussão ao compreender essa estratégia como expressão de uma política externa voltada à transição do Brasil de um “grande mercado emergente”, para um “*system-affecting state*”, como definido por Keohane (1969). A internacionalização do Fome Zero, ao articular elementos técnicos, simbólicos e normativos em torno de uma política pública doméstica de alto impacto social, constituiu um exemplo concreto dessa ambição de transformar a capacidade de influência do Brasil em termos qualitativos. Portanto, conclui-se que essa experiência evidenciou uma inflexão estratégica na política externa durante os governos Lula e contribuiu para a

construção de uma identidade internacional alicerçada na solidariedade, na justiça social e na cooperação entre países em desenvolvimento. Trata-se de uma experiência emblemática que revela como políticas públicas domésticas podem ser instrumentalizadas como vetores de projeção internacional e, mais do que isso, como ferramentas de transformação da posição de um país no sistema global.

Referências

ALBUQUERQUE, Felipe de. Cooperation on Food Security with Africa as an Instrument of Brazil's Foreign Policy (2003-2010). *Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n. 3, p. 558-581, 2015.

ALMEIDA, Celia; LIMA, Thaisa; CAMPOS, Rodrigo de. Brazilian's Foreign Policy and Health (1995-2010): A policy analysis of the Brazilian Health Diplomacy – From Aids to “Zero Hunger”. *Saúde em Debate*, v. 47, n. 136, p. 17-39, 2023.

ARRUDA, Bertoldo; ARRUDA, Ilma. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. *Rules for the World: International Organizations in Global Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BENEFIELD, Lazelle. Implementing Evidence-Based Practice in Home Care. *Home Healthcare Nurse: The Journal for the Home Care and Hospice Professional*, v. 21, n. 12, p. 804-809, 2003.

BESADA, Hany; KINDORNAY, Shannon. *Multilateral Development Cooperation in a Changing Global Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

BEYEA, Suzanne; NICOLL, Leslie. Writing an Integrative Review. *AORN Journal*, v. 67, n. 4, p. 877-880, 1998.

BOTELHO, Louise; CUNHA, Cristiano; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BROOME, Marion E. Integrative Literature Reviews for the Development of Concepts. In: RODGERS, Beth L.; KNALF, Kathleen A. (ed.). *Concept Development in Nursing: Foundations, Techniques, and Applications*. Philadelphia: Saunders, 1993.

BURSZTYN, Marcel; MILHORANCE, Carolina; SABOURIN, Eric. The Politics of the Internationalisation of Brazil's "Zero Hunger" Instruments. *Food Security*, v. 11, n. 2, p. 447-460, 2019.

CHATIN, Mathilde. Brazil: Analysis of a Rising Soft Power. *Journal of Political Power*, v. 9, n. 3, p. 369-393, 2016.

INOUE, Cristina; COELHO, Natália. When Hunger Meets Diplomacy: Food Security in Brazilian Foreign Policy. *Meridiano 47 – Journal of Global Studies*, v. 19, 2018.

COOPER, Harris. *The Integrative Research Review: A Systematic Approach*. Beverly Hills: Sage Publications, 1984.

CUNHA, Bianca. A projeção internacional da estratégia Fome Zero. In: *Fome Zero: uma História Brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, 2010.

DEVIN, Guillaume; SMOUTS, Marie-Claude. *Les organisations internationales*. Paris: Armand Colin, 2011.

DRI, Clarissa; SILVA, Andressa Caroline da. Brazilian Foreign Policy for the Global South: The Creation of the Centre of Excellence against Hunger. *Development Policy Review*, v. 39, n. 4, p. 665-681, 2021.

FAO. *FAO's South-South Cooperation to Benefit from Brazilian Expertise*. FAO, 2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 14, n. 2, p. 335-371, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Foreign Policy and Policy Diffusion in Lula da Silva's Brazil (2003-2010). *Contexto Internacional*, v. 44, n. 1, 2022.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Políticas Públicas e Relações Internacionais*. Brasília: Enap, 2018.

FOUILLEUX, Ève. À propos de crises mondiales ...: Quel rôle de la FAO dans les débats internationaux sur les politiques agricoles et alimentaires? *Revue Française de Science Politique*, v. 59, n. 4, p. 757-782, 2009.

FRAUNDORFER, Markus. Fome Zero para o mundo: a difusão global brasileira do Programa Fome Zero. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, p. 97-122, 2013.

GALLO, Rodrigo Fernando. Política externa brasileira e transferência internacional de políticas públicas: a Minustah como janela de oportunidade para a cooperação brasileira no Haiti (2004-2017). *Cadernos PROLAM/USP*, v. 21, n. 44, p. 48-77, 2022.

GANONG, Lawrence. Integrative Reviews of Nursing Research. *Research in Nursing & Health*, v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.

GRAHAM, Erin; SHIPAN, Charles; VOLDEN, Craig. The Diffusion of Policy Diffusion Research in Political Science. *British Journal of Political Science*, v. 43, n. 3, p. 673-701, 2013.

HERNANDO, Marcos; PAUTZ, Hartwig; STONE, Diane. Think Tanks in “Hard Times” – The Global Financial Crisis and Economic Advice. *Policy and Society*, v. 37, n. 2, p. 125-139, 2018.

HOEBINK, Paul. *European Development Cooperation: In between the Local and the Global*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. The Policy Effects of Internationalization: A Subsystem Adjustment Analysis of Policy Change. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2002.

IFPRI. *Hausse des prix alimentaires et actions stratégiques proposées: Que faire, par qui et comment*. Washington: IFPRI, 2008.

KEOHANE, Robert. Lilliputian’s Dilemmas: Small States in International Politics. *International Organization*, v. 23, n. 2, p. 291-310, 1969.

KERR, Pauline; WISEMAN, Geoffrey. *Diplomacy in a Globalizing World: Theories and Practices*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KRASNER, Stephen. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012.

LEGRAND, Tim. Elite, Exclusive and Elusive: Transgovernmental Policy Networks and Iterative Policy Transfer in the Anglosphere. *Policy Studies*, v. 37, n. 5, p. 440-455, 2016.

LEITE, Maria Laís; LEITE, Jáder. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 3, p. 528-538, 2022.

LIMA, João Antônio. A difusão de políticas na cooperação técnica internacional: evidências da Cooperação Sul-Sul do Brasil. *Mural Internacional*, v. 6, n. 2, 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e inovação na Política Externa Brasileira. *Plataforma Democrática, Working Paper*, n. 3, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an Intermediate State and Regional Power: Action, Choice and Responsibilities. *International Affairs*, v. 82, n. 1, 2006.

LIMA, Thiago. Cooperação Alimentar Humanitária do Brasil: de uma política inovadora à tradicional política da ajuda alimentar. In: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago (orgs.). *Política Externa Brasileira e Combate à Fome: lições do passado, perspectivas para o futuro*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023, p. 49-82. DOI: <<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6.p49-82>>.

LIMA, Thiago; BELMONT, Flávia; DIAS, Atos. Cooperação Internacional, assistência alimentar e Política Externa Brasileira. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 4, n. 2, p. 36-55, 2013.

LUIZ, Juliana Ramos; ECIJA, Maria Berta. The Diffusion of Brazilian Public Policies within International Venues: The Cases of Health and Rural Development. In: OLIVEIRA, Osmany Porto de; ROMANO, Giulia C. (eds.). *Brazil and China in Knowledge and Policy Transfer: Agents, Objects, Time, Structures and Power*. New York: Palgrave Macmillan, 2022.

MACMILLAN, Andrew. Implicações da Estratégia Fome Zero para Outros Países. In: *Fome Zero: uma História Brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, v. 3, 2010.

MAFFRA, Lourrene. Foreign Policy Analysis Methodology to Understand the Diffusion of Brazil's Agri-Food Policy under Lula's Government. *Ambitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades*, n. 45, p. 77-88, 2021.

MENDES, Karina; SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MENEZES, Henrique; VIEIRA, Marco. Explaining Brazil as a Rising State, 2003–2014: The Role of Policy Diffusion as an International Regulatory Instrument. *Journal of International Relations and Development*, v. 25, p. 107-128, 2021.

MILANI, Carlos; DUARTE, Rubens. Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (orgs.). *Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 53-82.

MILANI, Carlos; LOPES, Roberta. Cooperação Sul-Sul e Policy Transfer em Saúde Pública: análise das relações entre Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 59-78, 2014.

MILHORANCE, Carolina. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 5-22, 2013.

MILHORANCE, Carolina. Diffusion of Brazil's Food Policies in International Organisations: Assessing the Processes of Knowledge Framing. *Policy and Society*, v. 39, n. 1, p. 36-52, 2020.

MILHORANCE, Carolina. *New Geographies of Global Policy-Making: South-South Networks and Rural Development Strategies*. London: Routledge, 2018.

MILHORANCE, Carolina; SOULE-KOHNDU, Folashade. South-South Cooperation and Change in International Organizations. *Global Governance*, v. 23, n. 3, p. 461-481, 2017.

MINTROM, Michael; VERGARI, Sandra. Policy Networks and Innovation Diffusion: The Case of State Education Reforms. *The Journal of Politics*, v. 60, n. 1, p. 126-148, 1998.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.

NINA, Alexandre. Action against Hunger and Poverty: Brazilian Foreign Policy in Lula's First Term (2003-2006). *Working Paper*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2006.

NYE, Joseph. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, Osmany Porto de *et al.* *Latin America and Policy Diffusion: From Import to Export*. New York: Routledge, 2019.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. Policy Ambassadors: Human Agency in the Transnationalization of Brazilian Social Policies. *Policy and Society*, v. 39, n. 1, p. 53-69, 2019.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Policy Transfer, Diffusion, and Circulation: Research Traditions and the State of the Discipline in Brazil. *Novos Estudos – CEBRAP*, v. 36, p. 13-32, 2017.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; PAL, Leslie. New Frontiers and Directions in Policy Transfer, Diffusion and Circulation Research: Agents, Spaces, Resistance, and Translations. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 2, p. 199-220, 2018.

PAPI, Luciana; MEDEIROS, Klei. Agenda social na política externa do governo Lula: os casos da cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC. *Conjuntura Austral*, v. 6, n. 30, p. 75-100, 2015.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. *Fast Policy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

POLIT, Denise; BECK, Cheryl. Using Research in Evidence-based Practice. In: *Essentials Of Nursing Research: Methods, Appraisal, And Utilization*. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2001.

POMEROY, Melissa; SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura. The Diffusion of Social Protection and Food Security Policies: Emerging Issues in Brazilian South-South Cooperation for Development. In: *Latin America and Policy Diffusion: From Import to Export*. New York: Routledge, 2019.

PUNTIGLIANO, Andrés. “Hunger Cannot Wait”: The Poverty Issue in Brazilian Foreign Policy. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 36, n. 2, p. 89, 2006.

RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 87, p. 35-58, 2010.

SANTANA, Elis Virginia. A Segurança Alimentar e Nutricional no governo Lula (2003-2010): a agenda de combate à fome como instrumento de projeção internacional. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 7, n. 14, p. 110-134, 2020.

SILVA, André Luís. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, v. 37, n. 1, p. 143-184, 2015.

SILVEIRA, Renata; GALVÃO, Cristina. O cuidado de enfermagem e o cateter de Hickman: a busca de evidências. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 18, p. 276-284, 2005.

SIMMONS, Beth; DOBBIN, Frank; GARRETT, Geoffrey. Introduction: The International Diffusion of Liberalism. *International Organization*, v. 60, n. 4, p. 781-810, 2006.

STONE, Diane; OLIVEIRA, Osmany Porto de; PAL, Leslie. Transnational Policy Transfer: The Circulation of Ideas, Power and Development Models. *Policy and Society*, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2019.

URSI, Elizabeth; GALVÃO, Cristina. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 1, p. 124-131, 2006.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

WANG, Hongying; LU, Yeh-Chung. The Conception of Soft Power and its Policy Implications: A Comparative Study of China and Taiwan. *Journal of Contemporary China*, v. 17, n. 56, p. 425-447, 2008.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The Integrative Review: Updated Methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

XIAOYU, Pu. Socialisation as a Two-way Process: Emerging Powers and the Diffusion of International Norms. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 5, n. 4, p. 341-367, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2003.

ZORZI, Felipe; FINGER, Marina. A política externa brasileira durante os governos Lula (2003-2010) e a cooperação para o desenvolvimento: o caso do Fome Zero e a sua instrumentalização. *Fronteira*, v. 10, n. 19, p. 41-58, 2014.

Apêndice A – Quadro Resumo

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: o Brasil e Venezuela comparados</p>	<p>Faria (2012)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado para projetar o Brasil como protagonista na luta contra a fome em escala global, promovendo a imagem do país como modelo para outras nações em desenvolvimento. A retórica de solidariedade adotada pelo governo brasileiro, centrada na redução das desigualdades e na promoção da justiça social, foi utilizada como ferramenta diplomática para fortalecer alianças e ampliar a presença do Brasil nas discussões multilaterais sobre desenvolvimento e inclusão social. A iniciativa foi [desenhada] em fóruns internacionais e consolidou-se como referência em boas práticas de políticas sociais.</p>
<p>A política externa brasileira durante os governos Lula (2003-2010) e a cooperação para o desenvolvimento: o caso do Fome Zero e sua instrumentalização</p>	<p>Zorzi e Finger (2014)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como instrumento estratégico da inserção internacional do Brasil, alinhado à lógica da cooperação Sul-Sul, que priorizava parcerias com países da América do Sul e da África – regiões consideradas estratégicas para os interesses diplomáticos brasileiros – fortalecendo a imagem do Brasil como liderança emergente. Isso ampliou sua influência internacional, especialmente em fóruns como a FAO, e contribuiu para o reconhecimento do país como defensor da justiça social e do desenvolvimento autônomo. Além disso, a cooperação internacional na área de segurança alimentar por meio da internacionalização do Fome Zero favoreceu o fortalecimento do apoio às propostas brasileiras da reforma do sistema internacional, incluindo a reestruturação do Conselho de Segurança da ONU, contribuindo para projetar no Brasil um papel de liderança entre os países em desenvolvimento.</p>
<p>A Segurança Alimentar e Nutricional no governo Lula (2003-2010): a agenda de combate à fome como instrumento de projeção internacional</p>	<p>Santana (2020)</p>	<p>O Fome Zero e o reconhecimento internacional obtido por intermédio dele foram utilizados para projetar o Brasil como líder em segurança alimentar e nutricional no eixo Sul. O sucesso doméstico do programa fortaleceu o prestígio internacional do Brasil, que passou a influenciar fóruns multilaterais e a consolidar parcerias políticas e econômicas com países em desenvolvimento, por meio de sua internacionalização. Diante disso, a promoção da segurança alimentar foi vista como caminho para uma política externa mais autônoma e uma vitrine internacional da capacidade brasileira em áreas fora da agenda dos países centrais. A política externa passou a incorporar, então, a pauta da segurança alimentar como ferramenta estratégica, especialmente via cooperação Sul-Sul com países da América Latina, Caribe e África.</p>

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>Agenda Social na Política Externa do Governo Lula: os casos da cooperação internacional prestada pelo MDS e pela ABC</p>	<p>Papi e Medeiros (2015)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado para a ampliação da cooperação Sul-Sul, especialmente por meio do compartilhamento de técnicas e tecnologias sociais desenvolvidas no Brasil, consolidando uma política externa baseada tanto na solidariedade quanto na ambição de liderança regional e global no campo social. A política externa brasileira passou, então, a integrar ações sociais à diplomacia, rompendo com a lógica neoliberal do Consenso de Washington e valorizando os gastos sociais como parte estratégica da inserção internacional brasileira, por intermédio da atuação conjunta do Ministério do Desenvolvimento (MDS), com foco na cooperação técnica, e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Itamaraty e responsável por grandes projetos estruturais, [central] nesse processo.</p>
<p>Brazil's Foreign Policy and Health (1993-2010): A Policy Analysis of the Brazilian Health Diplomacy – from AIDS to “Zero Hunger” [Política externa e saúde do Brasil (1993-2010): uma análise política da diplomacia brasileira em saúde – da aids ao “Fome Zero”]</p>	<p>Almeida, Lima e Campos (2021)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como instrumento da política externa brasileira ao articular, no plano internacional, as agendas do combate à pobreza e promoção do desenvolvimento. Entre 2003 e 2010, o Brasil impulsionou a internacionalização de políticas públicas domésticas, como o próprio Fome Zero, fortalecendo a diplomacia da saúde como um campo com relativa autonomia. Essa estratégia esteve inserida no contexto da Cooperação Sul-Sul, que se consolidou como eixo central da projeção internacional do país. A atuação brasileira foi marcada por uma abordagem “<i>demand driven</i>”, voltada para o atendimento das demandas específicas de países da África e da América Latina, evitando a imposição de modelos e priorizando o diálogo e a construção conjunta de soluções.</p>
<p>Brazilian foreign policy for the Global South: the creation of the Centre of Excellence against Hunger [A política externa brasileira para o Sul Global: a criação do Centro de Excelência contra a Fome]</p>	<p>Dri e Silva (2011)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como instrumento de <i>soft power</i> e de cooperação Sul-Sul durante os governos Lula, especialmente por meio da criação do Centro de Excelência contra a Fome (2001), em parceria com o PMA/ONU. Embora concebido por técnicos fora da diplomacia, o Centro foi incorporado à política externa e articulado em fóruns internacionais como estratégia de diversificação de parcerias e busca por maior autonomia frente aos países do Norte. A iniciativa promoveu a disseminação internacional da [...] brasileira em alimentação escolar e segurança alimentar, contribuindo para a imagem do Brasil como liderança entre países em desenvolvimento.</p>

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>Cooperação internacional, assistência alimentar e política externa brasileira</p>	<p>Lima, Belmont e Dias (2013)</p>	<p>O Fome Zero foi uma das principais políticas internas dos governos Lula, e aliado a resultados positivos no número do bem-estar econômico e social, desempenhou um papel fundamental na consolidação do Brasil como uma potência global. O Fome Zero teve um impacto significativo na projeção internacional do país, especialmente em temas como combate à pobreza e desenvolvimento social, ao passo que o Brasil compartilhou os conhecimentos, práticas e soluções adquiridos por ele com outras nações do Sul global por meio da cooperação Sul-Sul, não apenas fortalecendo sua posição no sistema internacional, mas também avançando seus interesses econômicos, sociais e políticos. Além disso, as parcerias com organizações como a FAO e o PMA consolidaram o Brasil como líder na luta contra a fome e na promoção da segurança alimentar, reforçando sua imagem de potência emergente estável, comprometida com o multilateralismo e a redução das desigualdades sociais.</p>
<p>Cooperation on Food Security with Africa as an Instrument of Brazil's Foreign Policy (2003–2010) [Cooperação em segurança alimentar com a África como instrumento da política externa do Brasil (2003–2010)]</p>	<p>Albuquerque (2015)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como instrumento estratégico da política externa brasileira ao ser internacionalizado, reforçando a imagem do país como um ator global comprometido com mudanças pacíficas. Inserido no contexto da cooperação Sul-Sul, o programa foi levado a países em desenvolvimento por meio de parcerias com organizações internacionais, como a FAO. Ao compartilhar políticas bem-sucedidas, o Brasil projeta suas conquistas internas no cenário internacional, abordando temas como segurança alimentar, desenvolvimento agrícola e combate à fome. Essa atuação fortalece sua posição nos regimes internacionais, aproximam-o de países desenvolvidos e reafirmam seu compromisso com valores como a boa governança. Assim, o país busca consolidar-se como um líder responsável e proativo, contribuindo para uma ordem internacional mais estável e sensível às demandas dos países emergentes.</p>

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>Explaining Brazil as a Rising State, 2003–2014: the Role of Policy Diffusion as an International Regulatory Instrument [Explicando o Brasil como um Estado em ascensão, 2003–2014: o papel da difusão de políticas como instrumento regulatório internacional]</p>	<p>Menezes e Vieira (2021)</p>	<p>O Fome Zero foi um dos pilares da política externa brasileira durante os governos Lula, sendo utilizado como instrumento de solidariedade com o Sul Global por meio de sua internacionalização, que fortaleceu os laços com países vizinhos e africanos e impulsionou a formação de coalizões com outras nações em desenvolvimento. O Brasil projetou internacionalmente o Fome Zero como forma de influenciar normas internacionais e propor novas formas de governança no campo do desenvolvimento, uma atuação que foi favorecida pelo contexto de crescimento econômico e contou com o apoio de organizações internacionais, que legitimaram e contribuíram para a difusão dessas políticas. Para estruturar e consolidar essa atuação, o país criou instituições como o IPC-IG, o Centro de Excelência contra a Fome do PMA e a Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza. A internacionalização dessas práticas refletiu não apenas a visão brasileira sobre os desafios do desenvolvimento, mas também sua autoimagem como um ator capaz de contribuir para a reforma das normas globais e para a defesa dos interesses dos países periféricos no sistema internacional.</p>
<p>Foreign Policy Analysis Methodology to Understand the Diffusion of Brazil's Agri-Food Policy under Lula's Government [Metodologia de análise de política externa para compreender a difusão da política agroalimentar do Brasil no governo Lula]</p>	<p>Maffra (2021)</p>	<p>O Fome Zero foi promovido internacionalmente como um modelo de política pública bem-sucedida, graças ao contexto político favorável. Nacionalmente, o governo Lula obteve reconhecimento por seus avanços na área social, o que fortaleceu a imagem do Brasil como exemplo a ser seguido. Internacionalmente, o ambiente político da América do Sul, com a ascensão de governos ideologicamente alinhados e a valorização das políticas sociais, ampliou a receptividade ao modelo brasileiro, mesmo sem uma articulação regional formal. Isso contribuiu para a legitimação do Brasil como liderança na Cooperação Sul-Sul e reforçou seu papel como promotor de segurança alimentar no cenário global.</p>

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>“Hunger Cannot Wait”: the Poverty Issue in Brazilian Foreign Policy [“A fome não pode esperar”: a questão da pobreza na política externa brasileira]</p>	<p>Puntigliano (2006)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como símbolo da luta contra a pobreza para legitimar antigas demandas por uma nova ordem internacional mais equitativa, atuando com eixo de convergência entre as políticas interna e externa do Brasil. Essa estratégia permitiu ao país mobilizar apoio tanto doméstico quanto transnacional e ampliar sua influência nas esferas de autoridade globais. A política externa brasileira foi, então, reestruturada para internacionalizar as experiências nacionais do Fome Zero, como a reforma agrária e a agricultura familiar, e articular Estado, sociedade civil e organismos multilaterais em torno da agenda da segurança alimentar e da cooperação Sul-Sul. Esse esforço foi institucionalizado com a criação da CGFOME no Itamaraty, que passou a coordenar ações com organismos internacionais, em especial com a FAO e o PMA.</p>
<p>Política externa brasileira e transferência internacional de políticas públicas: a Minustah como janela de oportunidade para a cooperação Brasileira no Haiti (2004-2017)</p>	<p>Gallo (2022)</p>	<p>A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) foi utilizada pelo Estado brasileiro não apenas para cumprir um mandato de segurança internacional, mas como uma oportunidade estratégica para a internacionalização de políticas públicas sociais, especialmente aquelas derivadas do Programa Fome Zero. A internacionalização dessas experiências foi internacionalmente articulada como instrumento de <i>soft power</i> no contexto da missão, integrando a agenda doméstica de combate à fome à lógica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Durante o período da Minustah, o Brasil implementou iniciativas nas áreas de Agricultura e Saúde com o objetivo de mitigar a fome e a miséria no Haiti, posicionando o país caribenho como um parceiro estratégico na política externa brasileira, especialmente a partir de 2010.</p>
<p>The Diffusion of Brazilian Public Policies Within International Venues: The Cases of Health and Rural Development [A difusão das políticas públicas brasileiras em fóruns internacionais: os casos da saúde e do desenvolvimento rural]</p>	<p>Luz e Ecija (2022)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como instrumento da política externa brasileira durante os dois mandatos de Lula, contribuindo para a estratégia de política externa “ativa e ativa” do Brasil que visava aumentar a participação do país em fóruns multilaterais e regionais, além de promover seus valores e políticas públicas no cenário global. A internacionalização do Fome Zero, dentro do contexto de cooperação Sul-Sul, foi uma forma de o Brasil internacionalizar suas políticas sociais como modelos de desenvolvimento alternativos, visando a construção de uma nova ordem global e o reposicionamento do país na governança internacional.</p>

TEXTO	IDENTIFICAÇÃO	RESULTADOS
<p>When Hunger meets Diplomacy: Food Security in Brazilian Foreign Policy [Quando a fome encontra a diplomacia: segurança alimentar na política externa brasileira]</p>	<p>Inoue e Coelho (2018)</p>	<p>O Fome Zero foi utilizado como um instrumento da política externa brasileira para fortalecer o <i>soft power</i> do país, destacando as conquistas sociais internas na redução da fome, que não só aumentaram a posição do Brasil no cenário internacional, mas também lhe conferiram maior legitimidade como ator global. Nesse contexto, a política externa brasileira passou a integrar variáveis internas, refletindo a conexão entre assuntos domésticos e internacionais, ao passo que o governo Lula usa os avanços domésticos na luta contra a fome para melhorar a imagem do Brasil no exterior e internacionalizar suas políticas sociais, consolidando seu <i>soft power</i>. Isso permitiu ao Brasil se apresentar como uma nação disposta a compartilhar seu conhecimento e políticas bem-sucedidas, ampliando sua influência em instituições globais e fortalecendo parcerias estratégicas, especialmente para obter apoio em seus objetivos diplomáticos.</p>